

ATA DA TRIGÉSIMA SESSÃO ORDINÁRIA DA QUARTA SESSÃO LEGISLATIVA DA DÉCIMA SEGUNDA LEGISLATURA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

Aos vinte e três dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e seis, às nove horas e trinta e oito minutos, no Plenário Deputado Júlio Maia, sob a presidência do senhor deputado Gerson Claro e secretariada pelos deputados Paulo Corrêa e Pedro Kemp, primeiro e segundo-secretário, verificada a lista de presença e constatada a existência de número legal, foi aberta a presente Sessão Ordinária.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Bom dia, senhoras e senhores deputados! Havendo número legal, declaro aberta a presente Sessão Ordinária. **PEQUENO EXPEDIENTE**. Com a palavra, o senhor segundo-secretário, deputado Pedro Kemp, para que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — Bom dia, senhor presidente! Bom dia, senhores e senhoras deputadas, público aqui presente e todos que nos acompanham pela TV e Rádio Alems! *"Ata da Vigésima Nona Sessão Ordinária da Quarta Sessão Legislativa da Décima Segunda Legislatura da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso do Sul — Estado do Pantanal. Aos vinte e dois dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e seis, às nove horas e quarenta e quatro minutos, no Plenário Deputado Júlio Maia, sob a presidência do senhor deputado Gerson Claro e secretariada pelos deputados Paulo Corrêa e Pedro Kemp, primeiro e segundo-secretário, verificada a presença dos deputados e constatada a existência de número legal, foi aberta a Sessão Ordinária. PEQUENO EXPEDIENTE - Lida e aprovada a Ata Trinta e Dois da Vigésima Oitava Sessão Ordinária. Pelo senhor primeiro-secretário foram lidas as seguintes proposições: Ofício nº 776/2026, do Ministério Público de Mato Grosso do Sul; e-mail, da Agência Municipal de Transporte e Trânsito de Campo Grande; Ofícios nºs 59.520, 59.523, 59.549, 59.552, 59.555, 59.558, 59.561, 59.564, 59.567, 59.570, 59.582, 59.588, 59.630 e 59.653/2026, da Secretaria de Estado de Governo e Gestão Estratégica de Mato Grosso do Sul. SEGUNDA PARTE DO PEQUENO EXPEDIENTE - Usaram da palavra os deputados Pedro Kemp, Junior Mochi, Zeca do PT, Antonio Vaz e Caravina. Sobre a mesa, proposições apresentadas pelos deputados Lucas de Lima, Lia Nogueira e Zé Teixeira. GRANDE EXPEDIENTE - Não houve oradores inscritos. ORDEM DO DIA - Foram aprovadas, em discussão única e votação nominal, as seguintes proposições: Projeto de Lei nº 3/2026, de autoria do deputado Junior Mochi; Projeto de Resolução nº 3/2026, de autoria do deputado Paulo Corrêa. Foi aprovado, em segunda discussão e votação nominal, o Projeto de Lei nº 258/2024, de autoria do deputado Zé Teixeira. Foi aprovado, em primeira discussão e votação nominal, o Projeto de Lei nº 246/2025, de autoria da deputada Gleice Jane. Foram aprovadas, em discussão única e votação simbólica, as seguintes proposições: requerimento de moção de pesar, de autoria do deputado Paulo Corrêa, endereçada aos familiares de Renato Katayama; requerimento de moção de pesar, de autoria do deputado Renato Câmara, endereçada aos familiares de Dulce Maria Martins; requerimento de moção de congratulação, de autoria do deputado Paulo Corrêa, endereçada ao senhor Márcio André Batista de Arruda, por sua nomeação como novo procurador-geral do Estado de Mato Grosso do Sul; requerimento de moção de congratulação, de autoria da deputada Gleice Jane, endereçada às acadêmicas do curso de Jornalismo da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, pela produção do documentário 'Vozes Femininas do Poder: as mulheres da política de Mato Grosso do Sul', em nome da acadêmica Emilenne Queiroz Rodrigues de Oliveira, extensiva às acadêmicas Ana Deborah Barbosa*

Porangaba, Luana Passini Archilas e Milena Yuka Hashimoto, bem como ao professor doutor Helder Lima, pela orientação do trabalho; requerimento de moção de congratulação, de autoria da deputada Gleice Jane, endereçada à nova gestão da Associação Brasileira de Mulheres de Carreira Jurídica de Mato Grosso do Sul, na pessoa de sua presidente, Luiza Cristina Herradon Pamplona, estendida às demais integrantes da diretoria eleita para o triênio 2026-2029; requerimento, de autoria do deputado Roberto Hashioka, solicitando a reserva do Plenário Deputado Júlio Maia para o dia 10 de junho, às 14 horas, para a realização de audiência pública, com o objetivo de celebrar os noventa anos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e registrar a importância da instituição no Estado de Mato Grosso do Sul, por meio de parceria de seus agentes públicos e privados na realização dos censos, pesquisas, mapeamentos, entre outras ações estratégicas; requerimento de informações, de autoria do deputado Caravina; indicações, de autoria dos deputados Renato Câmara, Lia Nogueira, Jamilson Name, Mara Caseiro, Pedro Kemp e Caravina.
EXPLICAÇÕES PESSOAIS - Não houve oradores inscritos. Nada mais havendo a tratar, o senhor presidente encerrou a presente Sessão e, para constar, mandou lavrar a presente ata, que, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada. Plenário Deputado Júlio Maia, vinte e dois de abril do ano de dois mil e vinte e seis." Foi lida a ata, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Em discussão a ata, que acaba de ser lida. Não havendo quem queira impugná-la, dou-a por aprovada. Com a palavra, o senhor primeiro-secretário, deputado Paulo Corrêa, para que proceda à leitura do expediente.

PRIMEIRO-SECRETÁRIO (deputado Paulo Corrêa - PL) — Bom dia, senhor presidente! Bom dia, senhores e senhoras deputadas! Expediente da Sessão Ordinária de 23 de abril de 2026: Ofícios nºs 59.527, 59.531, 59.535, 59.539, 59.546, 59.573, 59.576, 59.579, 59.585 e 59.591/2026, da Secretaria de Estado de Governo e Gestão Estratégica de Mato Grosso do Sul, respondendo a requerimento/indicações, dos deputados Jamilson Name, Mara Caseiro, Antonio Vaz, Gerson Claro, Professor Rinaldo e Junior Mochi; Cartas nºs 30, 31 e 32/2026, da Motiva Pantanal, respondendo às indicações do deputado Zé Teixeira (Prot. nºs 4675, 4546, 4804/2025); Carta nº 424/2026, da Energisa Mato Grosso do Sul, respondendo à indicação do deputado Zé Teixeira (Prot. nº 473/2026). Senhor presidente, foi lido o expediente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Passemos à **Segunda Parte** do Pequeno Expediente. Gostaria de fazer um convite especial. Neste sábado, dia 25, às 7 horas, no município de Ponta Porã, faremos o "treinão" para a 4ª Corrida dos Poderes. Vai acontecer no Horto Florestal, na rua Brasília, em frente ao Hospital Regional. Haverá a caminhada de 3 quilômetros e a corrida de 5 quilômetros, bem como atividades para crianças, sorteios de brindes e inscrições para a etapa aqui de Campo Grande. Detalhes podem ser vistos no endereço "corridadospoderes.ms.gov.br." Nós estaremos lá, deputado Pedro Kemp. Eu vou correr os 5 KM em homenagem à Assembleia Legislativa.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Senhor presidente, senhores deputados, quero apresentar um projeto de lei. Inclui, no Calendário Oficial de Eventos de Mato Grosso do Sul, o 'Dia do Estado Laico no Estado de Mato Grosso do Sul. Artigo - 1º - Fica incluído,

no Calendário Oficial de Eventos de Estado de Mato Grosso do Sul, instituído pela Lei nº 3.945, de 4 de agosto de 2010, o Dia do Estado Laico, a ser celebrado, anualmente, no dia 5 de outubro. Artigo 2º - Os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, bem como a sociedade civil organizada, poderão promover palestras, debates, seminários e outros eventos congêneres voltados à consecução dos objetivos da lei. Artigo 4º - Esta lei entra em vigor na data da sua publicação. Esta proposta foi encaminhada ao nosso gabinete pela Associação Movimento Brasil Laico. De acordo com os solicitantes, a proposta visa valorizar o marco fundamental para a consolidação da laicidade no Brasil, presente na Constituição Federal. Embora a data de 7 de janeiro se apresente também como importante, devido ao fato de o Decreto Federal 119-A, de 7 de janeiro de 1890, ter estabelecido, pioneiramente, a separação entre Estado e instituições religiosas no Brasil, 5 de outubro se configura como a data da Constituição que elevou a laicidade a um patamar que se destaca em relação às constituições anteriores, garantindo a liberdade religiosa e a neutralidade do Estado em matéria de religião. A Constituição de 1988, em seu artigo 19, inciso I, veda expressamente à União, aos estados, ao Distrito Federal e aos municípios, estabelecer cultos ou igrejas, subvencioná-los, embaraçar-lhes o funcionamento ou manter com eles, ou com seus representantes, relações de dependência ou aliança ressalvada na forma da lei a colaboração de interesse público. Esse dispositivo constitucional consagra a laicidade como um princípio basilar do Estado brasileiro, assegurando a igualdade de todos os cidadãos, independentemente de suas crenças ou não crenças, promovendo a convivência pacífica entre indivíduos de diferentes religiões e sem religião. Todavia, apesar dos avanços, o disposto no artigo 19, inciso I, e a própria Constituição, no seu conjunto, são carregados de omissões, lacunas e até contradições que tornam o entendimento sobre o que é ser laico, objeto de intensa disputa entre os diferentes grupos que compõem a sociedade civil — e há várias razões para isso. A palavra *laico*, por exemplo, não ocorre na Constituição, não há definição do que são cultos ao mesmo que seria uma colaboração de interesse público ou mesmo interesse público. Tanta indefinição faz com que os magistrados precisem recorrer à hermenêutica jurídica para extrair o sentido velado da laicidade e aplicá-lo a situações concretas. Isso significa que eles precisam utilizar métodos e técnicas de interpretação do direito para fundamentar suas decisões. Senhor presidente, eu quero, ainda, apresentar uma moção de congratulação. Indico à Mesa, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhada moção de congratulação à Escola Estadual Professora Maria de Lourdes Toledo Areias, pelos seus quarenta anos de história, dedicação e compromisso com a educação, a serem comemorados no dia 29 de abril. Esta moção de congratulação deve ser encaminhada à professora Adriana Bellei, diretora da escola. Ao longo dessas quatro décadas, a referida instituição se consolidou como um verdadeiro pilar da educação pública, desempenhando papel fundamental na formação de gerações de cidadãos comprometidos com o desenvolvimento social, humano e intelectual da comunidade. Mais do que transmitir conhecimento, a escola tem cumprido com excelência a missão de acolher, orientar e transformar vidas, sendo espaço de oportunidades, inclusão e construção do futuro. É imprescindível reconhecer o trabalho dedicado de seus professores, gestores, servidores, estudantes e famílias, que, juntos, edificaram uma trajetória marcada por desafios superados, conquistas significativas. E, inclusive, recentemente, a escola foi premiada em concurso nacional — o que demonstra seu

profundo compromisso com a educação de qualidade. Desta forma, esta Casa de Leis presta sua justa homenagem à instituição, pela seu relevante contribuição ao Estado de Mato Grosso do Sul, em especial ao município de Campo Grande. Que esta data comemorativa represente não apenas a celebração de um legado, mas também o fortalecimento de novos projetos, sonhos e realizações. Por último, senhor presidente, um requerimento. Solicito à Mesa, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao senhor Eduardo Corrêa Riedel, governador do estado, com cópia ao senhor Antonio Carlos Videira, secretário de Estado de Segurança Pública, solicitando informações sobre o contrato celebrado com a empresa Atrea - Academia de Treinamento e Ensino Avançado Ltda., no valor de 1.526.500 reais, para a realização de cursos voltados à capacitação de profissionais da segurança pública em aldeias indígenas do estado. Diante disso requer-se: 1º - Justificativa formal da inexigibilidade de licitação, com a devida fundamentação legal. 2º - Comprovação de que a empresa contratada possui exclusividade ou notória especialização para a realização de cursos voltados à capacitação de profissionais da segurança pública em áreas indígenas, nos termos da legislação vigente. 3º - Descrição detalhada dos serviços contratados, incluindo carga horária, conteúdo programático e público-alvo. 4º - Os critérios utilizados para definição do valor contratado. 5º - Eventuais estudos técnicos preliminares e pareceres jurídicos que subsidiaram a contratação. Considerando que a inexigibilidade de licitação, nos termos da legislação, ocorre apenas quando há inviabilidade de competição, como nos casos de fornecedores exclusivos, contratação de serviços técnicos especializados de natureza singular, artistas consagrados ou credenciamento, faz-se necessário esclarecer os fundamentos que justificaram a adoção desse procedimento, no presente caso, principalmente em razão do objeto envolver a contratação de empresa para capacitação de servidores da segurança pública para atuação em área indígena. Ressalta-se que o presente requerimento tem por finalidade assegurar a transparência, legalidade, economicidade dos atos administrativos, especialmente diante do elevado valor envolvido e da excepcionalidade do procedimento adotado. Era o que eu tinha, presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, o deputado Roberto Hashioka. Não está presente. Com a palavra, o deputado Antonio Vaz.

DEPUTADO ANTONIO VAZ (Republicanos) — Bom dia senhor, presidente e colegas parlamentares! Trago um projeto de lei e uma indicação. Projeto de lei que dispõe sobre a divulgação do direito à prioridade especial à pessoa idosa maior de oitenta anos, no âmbito do Estado de Mato Grosso do Sul. Artigo 1º - É obrigatória afixação de cartaz informativo sobre o direito à prioridade especial assegurada às pessoas idosas, nos termos da Lei Federal nº 10.741, nos órgãos públicos e estabelecimentos privados prestadores de atendimento à população no Estado de Mato Grosso do Sul. Deverão afixar cartaz informativo ou outro elemento visual sobre o direito à prioridade especial assegurado às pessoas idosas com idade superior a oitenta anos, nos termos da Lei Federal nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, ou de outra que vier a substituí-la. Parágrafo único. As informações constantes no cartaz ou elemento visual deverão ser atualizadas conforme eventuais alterações na legislação referenciada no caput. Artigo 2º - Fica estabelecido que os cartazes

deverão ser afixados em locais de fácil visualização, com escrita legível, medindo 420x594 milímetros. Justificativa: O presente projeto de lei tem por objetivo abordar tema de elevada relevância social e interesse público, a garantia dos direitos e da dignidade das pessoas idosas, especialmente daquelas com oitenta anos ou mais no estado de Mato Grosso do Sul, é amplamente reconhecido que a população idosa possui prioridade no atendimento. Tal prerrogativa encontra-se consolidada no ordenamento jurídico brasileiro por meio da Lei Federal nº 10.741/2003. O Estatuto da Pessoa Idosa estabelece um conjunto de direitos e garantias às pessoas com idade igual ou superior a sessenta anos. Entre esses direitos, destaca-se o disposto no artigo 3º, que atribui à família, à comunidade, à sociedade e ao poder público o dever de assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos fundamentais, como vida, saúde, alimentação, educação, cultura, lazer, trabalho, cidadania, liberdade, dignidade, respeito e convivência familiar e comunitária. O parágrafo 1º do referido artigo reforça que essa prioridade compreende, entre outros aspectos, o atendimento preferencial, imediato e individualizado junto aos órgãos públicos e privados prestadores de serviços. Entretanto, ainda é pouco difundido que há, dentro desse grupo, uma parcela que demanda atenção ainda mais específica: as pessoas com oitenta anos ou mais. Em razão das condições inerentes ao avançar da idade, esse público possui prioridade especial, conforme previsto reiteradamente no Estatuto da Pessoa Idosa, especialmente no artigo 3º, parágrafo 2º; no artigo 15, parágrafo 7º; e no artigo 71, parágrafo 5º. Apesar da previsão legal, relatos indicam que o desconhecimento dessas normas tem resultado na ausência de mecanismos adequados para garantir esse atendimento diferenciado, como a disponibilização de senhas específicas, bem como no despreparo de profissionais para lidar com tais situações. Diante desse cenário, o presente projeto de lei visa promover o princípio da transparência, consagrado no artigo 37 da Constituição Federal, além de suprir lacuna existente no âmbito do Estado de Mato Grosso do Sul, no que se refere à divulgação e efetivação das garantias asseguradas às pessoas idosas, especialmente àquelas com mais de oitenta anos. A disponibilização dessas informações em locais de espera e atendimento ao público, tanto em instituições públicas quanto privadas, permitirá maior conscientização acerca dos direitos assegurados, possibilitando às pessoas idosas reivindicar, sempre que necessário, o cumprimento da obrigação legal por parte das entidades abrangidas por esta proposta. Indico à Mesa Diretora, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder Legislativo ao senhor Eduardo Corrêa Riedel, governador do estado, com cópia ao diretor-presidente do Departamento Estadual de Trânsito de Mato Grosso do Sul, senhor Rudel Espíndola Trindade Júnior, solicitando a implantação e o reforço da sinalização viária horizontal em Chapadão do Sul, bem como a instalação de lombadas eletrônicas em pontos estratégicos das principais avenidas do município. A presente proposta tem como objetivo atender às solicitações encaminhadas ao nosso gabinete parlamentar por meio da Indicação nº 870/2026, da Câmara Municipal de Chapadão do Sul, de autoria do vereador Vanderson Cardoso. É só, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, o deputado Zeca do PT.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Senhor presidente e colegas parlamentares, bom dia! Indico à Mesa, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao diretor-presidente do Detran/MS, senhor Rudel Trindade Júnior, solicitando, com urgência, a adoção das providências necessárias para viabilizar a retomada dos serviços de vistoria de veículos no município de Antônio João. A presente indicação tem base em inúmeros pedidos enviados ao nosso gabinete por moradores daquela querida cidade, em razão dos transtornos e prejuízos econômicos aos usuários que necessitam se deslocar da cidade vizinha de Ponta Porã para realizar serviços de vistoria obrigatória. Indico à Mesa, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao prefeito do município de Aquidauana, senhor Mauro Luiz Batista, com cópia à secretária municipal de Educação, senhora Wilsandra Béda, solicitando, com urgência, a reabertura da sala de recursos multifuncionais, bem como a contratação de professor especializado para o efetivo atendimento aos alunos com deficiência matriculados na Escola Municipal Franklin Cassiano, localizada no distrito de Camisão, em Aquidauana. A presente indicação tem base em solicitação da comunidade escolar local e do Conselho Estadual dos Direitos da Pessoa com Deficiência. Senhor presidente, feita a leitura das minhas indicações, quero comunicar a Vossa Excelência que, daqui a pouco, vou me ausentar, porque vou a Bonito; e, às 16 horas, eu tenho que estar no assentamento Guaicurus, que fica a 70 quilômetros da cidade. Além disso, quero, com muito orgulho e muita honra, dizer que sou o primeiro inscrito no Grande Expediente e vou transferir meu tempo ao meu querido amigo deputado Zé Teixeira, que aqui representa a grande Dourados. Obrigado, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PL) — OK. Na sequência, com a palavra, o deputado João Henrique. Transferida. Com a palavra, o deputado Junior Mochi.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Senhor presidente, senhores deputados, público que nos prestigia aqui, imprensa, servidores da Casa e todos que nos assistem pela TV Assembleia, bom dia! Eu venho apresentar uma indicação e uma moção. Indico à Mesa Diretora, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder Legislativo ao senhor Guilherme Alcântara de Carvalho, secretário de Estado de Infraestrutura e Logística, e ao senhor Maurício Simões Corrêa, secretário de Estado de Saúde, por cópias autônomas, solicitando a execução de reforma e manutenção predial no Hospital Municipal José Valdir Antunes de Oliveira, localizado no município de São Gabriel do Oeste, visando à melhoria da infraestrutura e ao adequado funcionamento da unidade hospitalar, em benefício direto da população. A presente demanda atende à solicitação apresentada ao nosso gabinete parlamentar pela senhora Luciane Zacarias Martins, presidente da Funsauúde, por meio de ofício da presidência da Funsauúde, conforme documento anexo. Requeiro à Mesa Diretora, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja enviada moção de congratulação ao senhor Andrei Francisco Dávalo Mendonça, em reconhecimento à sua nomeação para o cargo em comissão de diretor-geral da Defensoria Pública do Estado de Mato Grosso do Sul, função de elevada relevância administrativo-institucional, bem como por sua dedicação ao serviço público e contribuição ao fortalecimento da Defensoria Pública enquanto instrumento

essencial de acesso à justiça. Se aprovada, a presente moção poderá ser redigida nos termos que se seguem. É só, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PL) — Com a palavra, o deputado Lidio Lopes.

DEPUTADO LIDIO LOPES (Avante) — Bom dia, senhor presidente em exercício, deputado Paulo Corrêa! Bom dia, nobres pares! Bom dia, todos que nos honram com sua presença neste Plenário e todos que nos assistem pela TV Assembleia! Eu venho fazer uma indicação. Requeiro à Mesa Diretora, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao governador do estado, senhor Eduardo Corrêa Riedel, com cópia ao secretário de Estado de Infraestrutura e Logística, senhor Guilherme Alcântara, e ao diretor-presidente da Agência Estadual de Gestão de Empreendimentos, senhor Mauro Azambuja Rondon, solicitando a realização de estudos técnicos visando à pavimentação, adequação e manutenção das vias de acesso, bem como à execução de serviços de roçada e limpeza da vegetação marginal, especialmente no trecho da rodovia MS-145, que liga o distrito de Pana, no município de Nova Alvorada do Sul, ao município de Ivinhema. A presente proposição tem origem em reiteradas solicitações de moradores, produtores rurais, motoristas e demais usuários que utilizam cotidianamente o referido trajeto, os quais relatam as precárias condições de trafegabilidade e segurança, sobretudo no trecho inicial, compreendido por estradas vicinais e acessos que conectam o distrito de Pana às rodovias estruturantes da região, notadamente a MS-145 e o entroncamento com a MS-276. Justificativa anexa. Era o que eu tinha. Muito obrigado.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PL) — Com a palavra, a deputada Mara Caseiro.

DEPUTADA MARA CASEIRO (PL) — Bom dia, senhor presidente! Bom dia, nobres pares! Bom dia, todos que se fazem presentes! Eu trago duas indicações. Indico à Mesa, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao governador do estado, senhor Eduardo Corrêa Riedel, com cópia ao secretário de Estado de Educação, senhor Hélio Queiroz, ao secretário de Justiça e Segurança Pública, senhor Antonio Carlos Videira, e ao secretário de Estado de Saúde, senhor Maurício Simões Corrêa, solicitando estudos técnicos para verificar a viabilidade do oferecimento de cursos, palestras, treinamentos e demais ações de capacitação voltados ao desenvolvimento da inteligência emocional para servidores públicos estaduais, especialmente nas áreas de educação, segurança pública e saúde. A presente indicação tem como objetivo o fortalecimento das competências socioemocionais dos servidores públicos estaduais, especialmente daqueles que atuam em áreas essenciais, de alta demanda emocional, como educação, segurança pública e saúde. A inteligência emocional refere-se à capacidade de reconhecer, compreender e gerenciar as próprias emoções, bem como de lidar de forma equilibrada com as emoções dos outros. No ambiente de trabalho, tais habilidades são fundamentais para a melhoria das relações interpessoais, a redução de conflitos e o aumento da eficiência no atendimento à população. No contexto da

administração pública, servidores dessas áreas frequentemente lidam com situações de estresse, pressão psicológica e tomada de decisões em cenários sensíveis. Profissionais da educação enfrentam desafios relacionados ao ambiente escolar e à formação dos alunos; agentes de segurança pública atuam sob constante tensão e risco; e trabalhadores da saúde lidam diariamente com dor, sofrimento e alta carga emocional. Dessa forma, a oferta de capacitações voltadas à inteligência emocional pode contribuir significativamente para a melhoria do ambiente de trabalho, a prevenção do adoecimento mental, a redução de afastamentos e o aumento da qualidade dos serviços prestados à população. Estou pedindo que se faça um estudo técnico porque, como se trata de um projeto que envolve recursos e despesas, pode haver inconstitucionalidade. Indico à Mesa, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao governador do estado, senhor Eduardo Corrêa Riedel, com cópia ao secretário de Estado de Infraestrutura e Logística, senhor Guilherme Alcântara de Carvalho, e ao diretor-presidente da Agência Estadual de Gestão de Empreendimentos, senhor Rudi Fiorese, solicitando a realização, com a máxima urgência, de serviços de manutenção e recuperação das rodovias estaduais MS-424 e MS-422, no município de Figueirão. A presente indicação atende ao pedido formulado pelo vereador Wagner Moreira Fernandes, da Câmara Municipal de Figueirão. Era o que eu tinha, senhor presidente. Obrigada.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PL) — OK. Vamos em frente. Protocolos referentes às proposições apresentadas (*De autoria do deputado Antonio Vaz: uma indicação (Prot. nº 01025/2026); um projeto de lei (Prot. nº 01024/2026). De autoria da deputada Gleice Jane: três indicações (Prot. nºs 01019/2026, 01013/2026, 01016/2026); três moções de congratulação (Prot. nºs 01014/2026, 01017/2026, 01018/2026); uma moção de aplauso (Prot. nº 01015/2026). De autoria do deputado Lidio Lopes: uma indicação (Prot. nº 01026/2026). De autoria da deputada Mara Caseiro: duas indicações (Prot. nºs 01033/2026, 01032/2026). De autoria do deputado Pedro Kemp: um requerimento (Prot. nº 01030/2026); uma moção de congratulação (Prot. nº 01031/2026); um projeto de lei (Prot. nº 01029/2026). De autoria do deputado Roberto Hashioka: uma moção de congratulação (Prot. nº 01020/2026). De autoria do deputado Zé Teixeira: três indicações (Prot. nºs 01023/2026, 01022/2026, 01021/2026). De autoria do deputado do Zeca do PT: duas indicações (Prot. nºs 01028/2026, 01027/2026).). Encerrado o Pequeno Expediente. Passemos ao **GRANDE EXPEDIENTE**. Com a palavra, por inversão, o deputado Zé Teixeira.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PL) — sem revisão do orador — Senhor presidente, senhores deputados, senhoras e senhores que nos assistem, bom dia! Eu venho à tribuna para falar do que está acontecendo na região da Grande Dourados, uma calamidade pública. Estou falando da epidemia de chikungunya. Tudo começou na reserva indígena, onde vivem treze, quatorze, quinze mil indígenas. É preciso que o Governo do Estado, o Governo Federal e o Governo Municipal, numa parceria, façam uma limpeza ampla na reserva indígena. Até porque lá não há coleta de lixo. Como é que doze, treze, quatorze mil pessoas moram em uma área de 3.500 hectares, produzem lixo, e não há, dentro da reserva, coleta regular? O Exército e a Força Nacional já foram ao local. No início, houve um descompasso entre a Funasa e a empresa que havia vencido a licitação para

fornecer os veículos de coleta. Antigamente, a Funai recebia os carros para trabalhar; hoje não: é necessário realizar licitação, e os veículos são terceirizados. Houve um atraso muito grande, porque a empresa vencedora tinha que entregar carros novos e, como não entregou, saiu do certame, sendo necessário chamar a segunda colocada. Então, foi um caos. Não havia veículos disponíveis para que os profissionais pudessem enfrentar a epidemia. Nós estamos votando — e, se não me falha a memória, o deputado Junior Mochi foi o relator — a situação de calamidade de Dourados, diante do que está acontecendo neste momento. Eu conversei com o prefeito Marçal Filho na semana passada, e ele me disse que a situação está sem controle, porque os hospitais já ultrapassaram 110% da sua capacidade de atendimento. E, além da epidemia de chikungunya, há outras doenças e também os acidentes. Estão sendo adiadas até consultas médicas — inclusive, no Hospital da Cassems, pacientes com demanda oncológica aguardam trinta, quarenta, cinquenta, sessenta dias. E, conversando agora pela manhã com o senador Nelsinho Trad, ele me informou que reforçou, junto ao Ministério da Saúde, o pedido por novas tecnologias em apoio à rede de saúde e pela atuação da Força Nacional do SUS, diante do avanço da doença. A situação é grave, porque os mosquitos transmissores saíram da reserva indígena e foram para a área urbana. Eu estive conversando, na manhã do dia 21, com um parlamentar, que telefonou ao Ministério da Saúde, ao ministro Alexandre Padilha, para reforçar o pedido feito presencialmente nos últimos dias. Entre as solicitações estão a doação de tecnologias no combate ao mosquito transmissor e, inclusive, soluções em parceria com a Fiocruz para a rede pública de saúde, além da atuação da Força Nacional do SUS diante da pressão sobre o atendimento. Há uma semana, o senador recebeu do ministro o compromisso de avanço na doação de novas tecnologias para o enfrentamento da doença. O parlamentar também solicitou a inclusão de Dourados na vacinação contra a chikungunya, em fase de testes de novos imunizantes. O município recebeu apenas 45.500 doses. Quer dizer, para um município com mais de 260.000 habitantes, em uma epidemia generalizada, 45.500 doses de vacina são insuficientes. Eu e a deputada Lia Nogueira estamos vendo de perto o que está acontecendo. E a deputada Gleice Jane me disse que a Cruz Vermelha possui 200 mil frascos de repelente e que está apenas aguardando a liberação do ICMS. Então, deputada, quero parabenizar Vossa Excelência pela preocupação e dizer que entrei em contato com a Secretaria de Fazenda. Como não se trata de medicamento, mas repelente — um inseticida —, é necessário que o Confaz autorize. Trata-se de deliberação da reunião da Confederação das Secretarias de Fazenda de todo o Brasil. Portanto, é preciso realizar uma sessão extraordinária, reunir os 27 estados e autorizar para que Mato Grosso do Sul possa receber o produto e conceder a isenção do ICMS. Essa foi a informação que obtive para trazer a Vossa Excelência. Mas, assim como Vossa Excelência, como o deputado Renato Câmara, o deputado Neno Razuk, a deputada Lia, todos nós estamos preocupados com o que está acontecendo. Porque, como vamos enfrentar uma epidemia numa cidade em que já se percebe — deputado Pedro Kemp — que ultrapassou 100% da capacidade de leitos? Não há mais o que fazer dentro da estrutura atual. É preciso encontrar formas alternativas de atendimento: realizar exames prévios, como a coleta de sangue, para constatar a presença do vírus no organismo e iniciar o tratamento antes que a doença evolua, evitando internações e, infelizmente, até perdas de vidas. Essa é a nossa preocupação ao ocupar esta tribuna: alertar. E quero agradecer ao

senador Nelsinho Trad, com quem estive há pouco em seu escritório, e que já nos informou que há empenho pronto de mais de 7 milhões de reais para liberação. Ele entrou em contato com o ministro Padilha e também com o novo ministro que substituiu a ministra Gleisi Hoffmann, solicitando a autorização, com urgência, da liberação desse recurso destinado ao município de Dourados... Eu concedo um aparte a Vossa Excelência.

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Deputado, primeiro quero parabenizá-lo por trazer a esta Casa este assunto tão importante. Nós, de Dourados, estamos sentindo na pele, vendo de perto, a situação. Nós temos conversado todos os dias com pessoas contaminadas. Temos observado o quão grave é a situação. Segundo informações, a pessoa pode demorar duas semanas, um mês e até um ano para se recuperar. Isso é bastante preocupante. Temos aí uma epidemia, muitas pessoas adoecidas, e essas pessoas terão dificuldade, inclusive, para trabalhar. Quando iniciamos esse processo de discussão, percebemos a gravidade da situação. E quero dizer que o Ministério da Saúde atendeu rapidamente à demanda e esteve em Dourados. Eu conversei com o doutor Rodrigo, que é o coordenador-geral da Força Nacional do SUS, e ele nos alertou, naquele momento, que, se não fosse adotada, imediatamente, uma medida de contenção da doença, grande parcela da população correria o risco de contrair chikungunya. E vale ressaltar que, às vezes, a pessoa demora anos para se recuperar; sem contar que ela fica sem condição de trabalhar. E o problema geraria uma demanda para o INSS, para a organização do trabalho, para as indústrias, para o comércio, enfim. Essa situação desorganiza toda a estrutura do município. Isso tudo nos trouxe bastante preocupação. Nesse cenário, imediatamente, nós — eu e toda a bancada de Dourados, junto com os deputados aqui —, especialmente nós da bancada do PT, começamos a conversar com o Governo Federal. Estive em Brasília agora, conversei com a ministra Miriam Belchior, da Casa Civil, e ela disse que houve uma orientação do presidente Lula no sentido de dar uma atenção especial aos povos indígenas da região de Dourados. E isso tem acontecido. Todavia, mesmo com todo o cuidado, a previsão é de pelo menos mais dois meses de circulação da chikungunya na cidade. E, preocupada com isso também, conversei com a Semdes, porque a organização do comércio em Dourados também fica comprometida. Tive a iniciativa de colocar um carro de som para passar avisando a população sobre os riscos da chikungunya. Fiz campanha com os professores, para que eles conversassem com os alunos nas escolas. Falamos sobre a população começar a limpar os quintais, a cuidar da cidade, a cuidar primeiro das casas, para evitar a propagação do mosquito, que é o mesmo que causa a dengue. Em Dourados, há duas situações: estamos enfrentando uma epidemia de chikungunya e uma de dengue ao mesmo tempo. Então, várias pessoas, inclusive, relatam que tiveram chikungunya e dengue simultaneamente. Portanto, a situação é realmente séria, bastante grave. Acho que aprovar esse decreto de reconhecimento da situação de emergência em Dourados é necessário. É preciso que o Estado cumpra seu papel. O coordenador da Força Nacional do SUS esteve aqui, ajudou a Prefeitura de Dourados, inclusive, na elaboração do decreto, para garantir os recursos do Governo Federal. Mas o Governo do Estado também precisa entrar nesse processo e auxiliar Dourados. Só assim a cidade não terá prejuízos financeiros. Nós não estamos falando aqui só da saúde das pessoas. Quem já teve chikungunya sabe do desespero que é: é muita dor, são muitos dias

de recuperação. Temos essa preocupação com as pessoas, mas também com a organização do trabalho e com a economia da cidade. Então, é fundamental que o Governo do Estado intervenha imediatamente para evitar a propagação da chikungunya. Precisamos garantir que as pessoas não adoecem. Vamos aprovar esse decreto hoje. Obrigada.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PL) — Eu incorporo o aparte de Vossa Excelência ao meu discurso. Agora, a minha preocupação, colega deputada, é a seguinte: nós temos aprovado um decreto de calamidade que permite que o prefeito agilize a compra de alguns medicamentos e insumos. Agora, eu pergunto a Vossa Excelência: como antecipar compras se não há recurso financeiro? Dourados inaugurou o Hospital Regional — Vossa Excelência participou —, e no evento o representante do ministro da Saúde prometeu um auxílio mensal de 8 milhões de reais do Governo Federal. Se isso tivesse acontecido, talvez o Estado, que passa por dificuldades financeiras, como todos nós sabemos, poderia ter um fluxo de caixa melhor para aumentar o repasse. Porque Dourados, se não tiver, com urgência, um aumento de 1,5 milhão ou 1,6 milhão de reais, por mês, para melhorar o atendimento da saúde, o caos vai se instalar tanto no que diz respeito à chikungunya como também em outros setores. A chikungunya é o problema do momento. Mas Dourados passa por dificuldades há anos. A Funsaud, como Vossa Excelência sabe, tem uma dívida enorme. A dívida foi criada em mandatos passados, maquiaram o orçamento, mas ela é do município. Agora, se não me falha a memória, metade ou mais da metade dessa dívida tem a ver com impostos federais. A meu ver, seria necessário que a classe política da nossa cidade e do nosso estado — deputados federais, deputados estaduais e senadores — se unisse para verificar a possibilidade de um parcelamento desse montante que a Saúde deve ao Governo Federal em impostos. E repito: mais da metade da dívida que a Funsaud tem é de impostos. Então, conversando com o prefeito Marçal Filho, entendemos que a situação está insuportável. A chikungunya veio somar-se a um problema que já existia, porque o hospital, até ontem, não havia sido credenciado para tratar o mal que mais assola o nosso país, que é o câncer — uma doença gravíssima. A empresa terceirizada que assumiu o Hospital Regional lá diz que o inaugurou sem a ala específica e sem a ampliação das salas de cirurgia. Então, até agora, só o Hospital da Cassems atende casos de oncologia em Dourados — e Vossa Excelência bem sabe que não é suficiente para a demanda de mais de trinta municípios. Aí manda para Três Lagoas, é difícil; manda-se para Ponta Porã, está lotado; manda para Campo Grande, está congestionado. Enquanto isso, em Dourados, a Funsaud deve 100 milhões de reais. Disseram-me — não sei se procede — que a Santa Casa de Campo Grande deve 500 milhões de reais. Então, a área da saúde em Mato Grosso do Sul, fora a chikungunya, que veio para agravar ainda mais a situação, está prestes a colapsar. Não sei se está assim em todos os estados da Federação. Mas está muito difícil para a senhora, que é deputada, para mim, que sou deputado, e para todos os colegas aqui, diante da demanda que recebemos diariamente: pessoas pedindo, quase que de forma desesperada, para conseguir abrir a porta de um hospital, porque não há vaga. Isso é preocupante. Acho que o Governo precisa, talvez, tirar recurso de algum lugar e colocar na saúde. Eu concedo um aparte à deputada Lia Nogueira.

DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — Quero parabenizar Vossa Excelência por trazer este tema oportuno a esta Casa, neste momento em que, realmente, Dourados pede socorro. Dourados é referência para mais de trinta e três municípios do Cone Sul. E, na verdade, essa também é uma tragédia anunciada. Nós chegamos a apresentar aqui uma indicação para que houvesse uma união de esforços entre o Governo do Estado e o Governo do Município, porque os hospitais estão colapsados — hospitais públicos e hospitais privados —, a rede de saúde de Dourados como um todo. Dourados avançou muito, cresceu demais, mas a área da saúde não acompanhou esse crescimento. É o problema não é só a chikungunya. Hoje, enfrentamos uma epidemia de chikungunya centralizada em Dourados. E o foco não está apenas nas aldeias Jaguapiru e Bororó, que enfrentam problemas como a falta de água tratada — um problema que se arrasta há mais de vinte anos —, mas os focos estão também nos bairros. E, realmente, esse decreto é de extrema importância. Parabenizo o prefeito Marçal Filho, que também se antecipou. E digo que isso hoje é uma responsabilidade, deputado Zé Teixeira — o senhor tem grande experiência neste Parlamento —, mas é uma responsabilidade que nós também precisamos abraçar, enquanto representantes da bancada de Dourados. É uma questão que precisa ser debatida, e nós precisamos avançar com relação a isso. Creio que a classe política de Mato Grosso do Sul — e trago também essa responsabilidade para nós, enquanto representantes daquela região — e a União precisam atuar juntas. Dourados é referência, mas o repasse *per capita* que recebe é muito menor do que o de cidades menores, como Corumbá e Três Lagoas, por exemplo. É preciso repensar a saúde de Dourados. Uma sequência de falhas vêm ocorrendo. A rede está colapsada porque não tem como comportar toda essa demanda. É preciso avançar. Quero pontuar também o papel do Governo do Estado. A gente sabe que o Regional não é um hospital de portas abertas, ele é um hospital de regulação. Mas, diante do cenário atual, o Governo antecipou essa medida, e o Hospital Regional está, sim, deputado, atendendo às emergências. E, além disso, o Programa de Segurança Alimentar também foi solicitado. O governador Eduardo Riedel nos atendeu. Nós solicitamos que o prazo das cestas básicas destinadas aos indígenas fosse antecipado, e isso ocorreu, porque hoje estamos vivendo uma situação realmente muito grave lá, com indígenas passando fome — essa é uma realidade, infelizmente, de Dourados. Destaco também aqui o trabalho da Câmara de Vereadores, na pessoa da presidente Liandra, que se organizou e criou um comitê, do qual o nosso mandato também faz parte, juntamente com entidades representativas, para que a gente possa dar socorro aos indígenas. O momento é delicado. Creio que, agora, com esse decreto, nós vamos poder dar o suporte necessário a Dourados. Obrigada.

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Deputado, posso só complementar aqui a minha fala? O Governo Federal enviou, já neste primeiro momento, 2.300.000 reais, por meio da Defesa Civil, para atender Dourados. Enviou também 1.300.000 reais, por meio do Ministério do Desenvolvimento Regional, para atender a população com cestas básicas. Isso porque as pessoas adoecidas não conseguem trabalhar, e começam a ter necessidades em casa também. Fora os 27.000.000 de reais que foram destinados também a Dourados para a saúde em geral. Mas eu concordo com o senhor: nós ainda precisamos

continuar lutando para melhorar a saúde em Dourados. Tenho também as mesmas preocupações que o senhor apresenta e tenho levado essas pautas à bancada federal.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PL) — Concordo com Vossa Excelência e parabeno o Governo Federal, porque os indígenas, segundo a Constituição, são tutelados pelo Governo Federal. Mas eles trabalham para complementar o seu dia a dia? Por que as cestas básicas que recebem, dependendo da quantidade de filhos que têm, duram cerca de quinze dias; nos outros quinze dias, eles precisam complementar. Se eles não estão podendo trabalhar porque, dentro da reserva, o vírus da chikungunya está praticamente generalizado — já atingiu a aldeia e passou para a cidade —, evidentemente que o Governo Federal, o Governo Estadual e o Governo Municipal têm de ser parceiros e, pelo menos, garantir a alimentação a quem necessita neste momento. Quero também parabenizar o prefeito Marçal, que enviou uma equipe para limpar a reserva, porque lá não há coleta regular de lixo. E uma das causas da proliferação do mosquito é justamente a falta de limpeza. Pneus velhos e tantas outras coisas acumulam água e atraem o mosquito. O prefeito, que é parceiro do Governo Federal e do Governo Estadual, precisa também ser parceiro da comunidade indígena, porque são seres humanos como todos nós. Nós pedimos, por meio do vice-governador José Carlos Barbosa, a arrumação das estradas, porque há locais em que é necessário coletar o sangue de pessoas infectadas, e não há sequer condições de acesso. As máquinas do Estado estão encascalhando as estradas. Conseguimos, inclusive, com o prefeito de Vicentina, um rolo compactador para melhorar o tráfego na região. É nossa obrigação zelar pela vida das pessoas. E como disse a deputada Lia, não há água potável na aldeia há mais de vinte anos. Eu quero até fazer um registro: esse problema não ocorre há apenas vinte anos — ele existe desde 1923. Ou seja, ocorre desde a criação da reserva, há mais de cem anos. No início, quando a comunidade era pequena — com cerca de oitenta indígenas —, recebeu 3.500 hectares de terra, era mata, e a água dos rios era saudável. Hoje, a água está contaminada, inclusive por defensivos agrícolas, e até plantio de soja ocorre dentro da reserva. Então, o problema não é recente — vem desde a fundação da reserva. Agora, com a parceria da bancada federal — senadores e deputados federais —, o Governo está destinando um recurso de cerca de 40.000.000 de reais, se não me falha a memória. E é a Sanesul que vai executar a obra de destinação de água potável. A obra deve girar em torno desse valor. E, quem sabe, com esse fornecimento de água potável, o poder público poderá evitar não só a proliferação da chikungunya, mas também de verminoses e de tantas outras doenças causadas pela falta de asseio, de limpeza e de atenção — que ainda é muito pouca. Eu conversei com o prefeito Marçal — eu estava em São Paulo —, e ele me disse que havia passado a situação a Vossa Excelência, e o senhor prontamente tomou providências, presidente. E nós já vamos votar e aprovar hoje a proposta de decretação de estado de calamidade em Dourados. Quero agradecer a Vossa Excelência. Aí eu pergunto: vai facilitar a aquisição de insumos e tal para o combate ao vírus? Não existe o recurso. Pelo que eu fiquei sabendo em conversa com o prefeito, antes dessa epidemia de chikungunya, Dourados precisava de, no mínimo, mais 1,6 milhão de reais por mês para tocar o Hospital da Vida. Aliás, eu nunca vi tanto acidente de moto e tanta gente quebrada. E só o Hospital Regional de Dourados atende a esse tipo de trauma — e Campo Grande, claro. Para encerrar, quero já agradecer aos colegas

deputados pelo empenho e pela presteza de terem assinado a proposta, e vamos votá-la em regime de urgência. Muito obrigado, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Quero aproveitar a fala de Vossa Excelência — embora eu tenha deixado para falar ao final — para destacar o trabalho da equipe da Secretaria de Estado de Saúde no ranking nacional do Ministério da Saúde. No que tange à vacinação, Mato Grosso do Sul é o primeiro colocado, mesmo tendo enfrentado um período de muitos problemas desde a pandemia. Registramos e agradecemos a presença do Ronaldo Batista, o Ronaldo do Lanche, presidente da Câmara Municipal de Fátima do Sul. Com a palavra, o deputado Pedro Kemp. Transferida. Com a palavra, o deputado Paulo Duarte. Não está presente. Com a palavra, o deputado Professor Rinaldo. Transferida. Com a palavra, a deputada Gleice Jane. Transferida. Com a palavra, o deputado Hashioka. Com a palavra, o deputado João Henrique. Vossa Excelência tem dezoito minutos.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (Novo) — sem revisão do orador — Senhor presidente e colegas deputados, trago para o debate um tema muito importante: a vida noturna na cidade. Acho que o Estado, senhor presidente, investe em cultura, o Estado tem gastado com tendas, geradores, painéis de LED — é um investimento muito grande por parte do poder público —, e a iniciativa privada, que lucra efetivamente e que tenta sobreviver desse segmento, tem enfrentado dificuldades. Nós vimos aí o show do Guns N' Roses. O governador Eduardo Riedel recebeu um dos produtores lá dentro, no receptáculo, receptivo — sei lá como ele chama esse negócio; mas quando ele quer se esconder, ele vai para lá. Ele chegou a publicar no Instagram. Mas quando deu errada a organização do show, ele apagou a postagem. Eu não sei por quê. Havia um monte de comentários: "Parabéns pelo apoio ao grande show, ao grande evento que vai ocorrer na cidade!" De repente, ele apagou. Tudo que vai mal, ele quer esquecer. Quer esquecer o que fez, quem apoiou, andamento da nossa Capital, enfim. Mas eu vim falar sobre vida noturna, senhor presidente. Nós temos os bares, os produtores musicais, os artistas. Tem essa lei do silêncio — nós precisamos debater e enfrentar esse tema. Há um ponto que eu gostaria de destacar: o alvará de autorização de funcionamento para todo evento, para todo bar, para todo restaurante que tem uma caixa de som externa; não importa se seja aquela caixinha de som do camelô: é ilegal. A autorização daquilo é só para ambiente interno. Mas nós temos que debater, deputado Pedrossian Neto: se os senhores vão aos restaurantes, aos bares, sabem que não é só esse tipo de som ambiente que existe. Não é. Quantos bares vêm surgindo? A população quer sair, quer ter vida noturna, quer ter qualidade, quer ir a eventos. Ontem teve um evento aqui na cidade — eu fui. O evento chama "Cê Tá Doido"; e "cê tá doido" mesmo, porque, num negócio de última hora, colocaram um monte de gente. Deputado Gerson Claro, para minha surpresa — e uma surpresa boa —, dois artistas extraordinários, para mim: o Panda, que é um rapaz de Dourados — peguem aí os vídeos dele, que voz maravilhosa —, e uma menina que vocês podem esperar, nível de Marília Mendonça para frente, Mariana Fagundes, de Aparecida do Taboado, de Inocência, da região do Bolsão. E ontem ela colocou todo mundo no bolso. Nós temos artistas excelentes aqui no estado. Temos o Luan Santana e o Michel Teló, por exemplo, que são maravilhosos.

Agora, eu quero que nós comecemos a colocar no plano de governo de todos os candidatos a governador, a prefeito, a questão da vida noturna. Abra um bar, abra um estabelecimento, crie um show, faça um grande evento e veja, por exemplo, o acesso. Veja como foi difícil chegar ao local, era difícil até estacionar o carro. Senhor presidente, como não lembrar do Twist, um bar que havia ali na Antônio Maria Coelho, que fechou por denúncias de vizinhos incomodados com som alto. Muita ambiental. Então, nós temos que começar a entender que existe um público que não suporta mais isso e que está reprimido, e nós vemos isso quando ocorre esse tipo de evento. Presidente, houve uma empresa de táxi aéreo, de helicóptero, que faturou muito levando pessoas ao show do Guns N' Roses, indo e voltando, cobrando em torno de 2.000 a 3.000 reais por pessoa. E nós estamos perdendo oportunidade, estamos perdendo renda, estamos perdendo riqueza. Qual sinalização o Estado e a Capital dão para esse tipo de evento? Eu ouvi, esses dias, alguém dizendo que Mato Grosso do Sul vai receber o Bon Jovi. As pessoas vão comprar convite, vão assistir; mas, sem estrutura, é desanimador. Acho que nós, deputados estaduais, temos que discutir sobre isso, porque se trata da atuação de um setor importante. Temos que discutir com os prefeitos. De que adianta ficar pedindo para a Fundação de Cultura: "Me dá um show"; "me dá um palco"; "me dá um painel"? Acho que é hora de a gente, deputado Lucas — Vossa Excelência, que é um grande parceiro desse setor, desse segmento de eventos —, se organizar e enfrentar isso, a começar pela lei do silêncio. Vamos estabelecer zonas, vamos coordenar, vamos apoiar esse público. Semana passada, deputado Gerson Claro, o Alok tocou em um evento aqui. E eu me lembro de que, quando eu morava no Brooklin, em São Paulo, e estudava no Mackenzie — era um apartamentinho, quatro apartamentos por andar, na rua Guaraiúva. E três rapazes se mudaram para lá, um deles era DJ. Os apartamentos eram parede com parede, e o cara era DJ. Um dia, ele bateu na minha porta e me perguntou: "Você não se incomoda de eu tocar música, de eu fazer meu *set*, minha *playlist*?". Eu nem sabia o que era aquilo. E disse: "Não há problema algum". Quer dizer, eu tolerava aquilo e via que ele era talentoso. Esses dias, eu fui levar uns influenciadores ali no Vermelho Grill, e esse mesmo rapaz me cumprimentou: "O senhor está lembrado de mim? Nós moramos no mesmo prédio. Eu vim tocar aqui, sou DJ, vim tocar com o Alok." Ele é o DJ Guilherme Guerreiro. Se vocês quiserem, podem acompanhá-lo. Mato Grosso do Sul já mostrou que daqui saem grandes artistas, grandes empresas, grandes produtores. Tem restaurantes, tem eventos, e nós, que somos responsáveis pelo poder público aqui, pela coordenação desse tipo de política, deputada Gleice Jane, nós temos que ajudar, porque temos público, temos tamanho, e Mato Grosso do Sul precisa começar a discutir esses temas: vida noturna, shows e cultura. Presidente, era o que eu tinha.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Só para registrar, até em louvor ao trabalho do deputado Pedrossian Neto: quem sabe o Morenã seja o espaço para esse tipo de show, e a gente vai construindo isso para o futuro. Parabéns pela fala! Mas o objetivo do "Cê Tá Doido", no Brasil todo, é exatamente esse. E não tenho dúvida de que a Mariana Fagundes — que tinha um barzinho lá em Aparecida do Taboado e cantava para a gente — será a nova estrela de Mato Grosso do Sul.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (MDB) — Senhor presidente, aproveitando que o senhor mencionou o estádio — não o Morenã, o Estádio Pedro Pedrossian —, quero dizer que a primeira vez que vi um show do Guns N' Roses foi no Pacaembu, em São Paulo. Calcule a dificuldade, o acesso, para se ter um show desse dentro da cidade. Nós mostramos que, lá fora da cidade, no autódromo, houve dificuldades. Então, precisamos começar a pensar na revitalização do Morenã e ver se ele será o nosso espaço para grandes eventos. Há que se fazer uma grande infraestrutura, um plano de ação, de mobilização, para que lá seja — se for o caso — o local. Mas nós temos que apoiar o setor de eventos. Às vezes, fico com a sensação de que, com a quantidade de normas para se conseguir um alvará, parece que o poder público quer criar obstáculos. Concedo um aparte a Vossa Excelência.

DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD) — Obrigado pelo comentário, e quero me somar a Vossa Excelência. Veja a importância de termos um equipamento público como o Morenã, bem localizado em nossa cidade — uma capital de 1 milhão de habitantes. Aí fizeram um evento para 30 mil pessoas, um show internacional, e ninguém assistiu ao evento. Aliás, não quero atribuir culpa apenas à organização do evento, mas também à Agetran, que, a meu ver, não se planejou, não conseguiu quantidade de pessoal técnico suficiente para analisar a situação, e acabou autorizando a realização do evento em lugar inadequado. Mas é importante termos de volta o nosso Morenã. Quero cumprimentar o governador, que, depois de três anos de luta, finalmente deferiu o nosso pleito — nosso e de muitos que se somaram a nós. O Governo direcionou 16 milhões de reais; trinta e cinco anos de concessão —, e a nossa bandeira é: Morenã reaberto já! Esse é um ponto, senhor presidente. Sobre o *namings rights*, quero dizer que sou absolutamente favorável a usarmos o *namings rights* para trazer um novo concessionário, desde que seja "Estádio Pedro Pedrossian — Allianz Parque", "Estádio Pedro Pedrossian — Motiva", "Estádio Pedro Pedrossian — Suzano"... Tem que ser aglutinativo, não supressivo. Obrigado.

DEPUTADO LIDIO LOPES (Patriota) — Um aparte, deputado João Henrique.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (MDB) — Pois não.

DEPUTADO LIDIO LOPES (Patriota) — Quero parabenizar Vossa Excelência pelo tema. Acho importante trazer e promover eventos em Campo Grande. Mas é preciso conscientizar a todos de que aqui não é terra de ninguém. Os promotores precisam agir regularmente, entrar com os pedidos certos, no momento certo. O evento de ontem, infelizmente, foi atropelado: entraram com o pedido ao Corpo de Bombeiros dois dias antes. O Corpo de Bombeiros tem que ir lá; tiveram de esvaziar tanques de combustível, tiveram de remover e fazer toda a vistoria no posto de combustível. E o Município, por exemplo, não consegue dar a licença ambiental, a licença para o evento. Imagine se um maluco risca um fósforo e põe fogo numa bomba ou explode um tanque. Quantas mil pessoas não morreriam num evento desses? Esse é o problema. Fizeram o show do Guns N' Roses aqui, colocaram em um lugar que não tem licença, e não comunicaram... E a responsável não era a Agetran, porque a via de acesso ao autódromo de Campo Grande fica é uma BR; ou seja, a

responsável é a PRF, o Dnit. Campo Grande já tem um problema de mobilidade gigantesco. Se alguém lembrar, na época em que foi inaugurado o Autódromo de Campo Grande, com a Fórmula Truck, formou-se um engarrafamento desde a Calógeras. Ou seja, as pessoas demoraram cinco, seis horas para chegar lá. O que aconteceu no caso deste show em questão? As pessoas não se programaram, o promotor do evento não comunicou as autoridades com antecedência. Não havia como abrir estradas naquele momento. E acabou formando um engarrafamento. As pessoas ficaram quatro horas na fila, e muitas tiveram que retornar, porque não conseguiram chegar ao evento, mesmo tendo comprado ingresso. Então, essas questões precisam ser resolvidas. As pessoas querem a liberação "para ontem". Mas não é assim que funciona. E qual foi o maior problema? Chamaram a equipe técnica do Município para liberação das licenças, e ninguém se responsabilizou pelo evento. Como fazer um evento, se não há um responsável? E se alguém morrer lá? Quem será responsável? Esse é o grande problema. Tanto que eles não tiveram a licença do Corpo de Bombeiros, não tiveram licença do Município. Fizeram o evento sem a devida licença...

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — É por isso que é "Cê Tá Doido": eles fizeram assim no Brasil todo. E aqui não foi diferente.

DEPUTADO LIDIO LOPES (Avante) — Então, mas os senhores hão de convir que, uma hora, vai acontecer um problema semelhante ao que aconteceu na Boate Kiss, em Santa Maria. Então, essas coisas têm que ser verificadas. É preciso agir com responsabilidade. Acho que tem que fazer promoção, tem que fazer eventos, e Campo Grande precisa disso, vive disso. O campo-grandense curte isso, participa dos eventos, enfim. Agora, é isso fazer as coisas com responsabilidade, é necessário cuidar das pessoas. Obrigado.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Deputado Lidio Lopes, agradeço a fala de Vossa Excelência; mas eu acho que nós temos que começar a avançar e modificar a qualidade desses debates. Vossa Excelência tem uma ligação com o Município; aí passa para a PRF; aí o deputado Pedrossian Neto, ligado ao Governo, defende que o Governo vai fazer um espaço — e espero, deputado Pedrossian Neto, que o Governo cumpra com o que Vossa Excelência está dizendo. Mas a fala do presidente Gerson é clara: isso aconteceu em todos os municípios, é o formato. Alguém tem de responder por essas coisas na Prefeitura, no Estado, na PRF, enfim. O senhor falou do autódromo. Ele é de 2001, época do prefeito André Puccinelli. Esse problema realmente — e Vossa Excelência tem razão — aconteceu na época do prefeito André Puccinelli, e, até hoje, nós não entendemos. Se houver uma atração desse tamanho, como a Fórmula Truck ou o Guns N' Roses, o problema ainda vai existir. Nós precisamos começar a investir e proporcionar condições de infraestrutura. Vocês estão entendendo? Está todo mundo ilegal: uma caixinha de som para fora, deputado Gerson Claro, é apreendida. Se uma pessoa pegar um celular e tocar uma música ambiente num restaurante, o aparelho dela é apreendido. Ora, nós temos que começar a discutir isso, porque esse tipo de conduta tem criado obstáculos para investimentos na vida noturna aqui no estado. Muito obrigado.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Registramos e agradecemos a presença da senhora Elisângela do Nascimento, vereadora do município de Fátima do Sul; da senhora Lígia da Silva, vereadora do município de Amambai; do senhor Artur Barbosa, vereador de Cassilândia; do senhor Avanir Luís, vereador do município de Cassilândia; do senhor José Divino, vereador do município de Cassilândia; do senhor Paulo Eduardo, vereador do município de Cassilândia; e também do Emerson Luna Bonfim, vice-prefeito de Bodoquena. Obrigado a todos pela presença. Encerrado o Grande Expediente. Passemos à **ORDEM DO DIA**. Consulto o senhor segundo-secretário sobre o quórum.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — Com vinte e quatro deputados presentes, há quórum para deliberação das matérias pautadas.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Item 1. Projeto de Decreto Legislativo nº 004/2026. Autora: Mesa Diretora (2025-2026). Vou passar a palavra ao relator, deputado Junior Mochi.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Senhor presidente e senhores deputados, eu registro que o parecer foi emitido já com os votos, já com a aquiescência dos deputados Professor Rinaldo e Pedrossian Neto, membros titulares da Comissão de Constituição e Justiça; da deputada Lia Nogueira, suplente do deputado Caravina; e do deputado Jamilson Name, suplente do deputado Professor Rinaldo. Trata-se do projeto de decreto legislativo, que está em regime de urgência, que pede o reconhecimento da situação de calamidade pública em Dourados. Normalmente, pede-se a situação de emergência, e, só em casos mais graves, a situação de calamidade. Aqui, foi direto para a situação de calamidade, em função dos indicadores. Os documentos oficiais indicam: 4.982 casos prováveis; 2.163 destes confirmados; 2.890 casos em investigação; 6.343 notificações, além da taxa de positividade de 61,4% e oito óbitos confirmados. Portanto, em função desses altos índices alarmantes, a Prefeitura de Dourados decretou situação e pede à Assembleia Legislativa o reconhecimento. E pode, eventualmente, depois entrar com pedido de ratificação em nível nacional. Então, a Comissão de Constituição, Justiça e Redação, por unanimidade, votou favoravelmente ao parecer e o submete, obviamente, à aprovação do Plenário. É só, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Item 1. Em votação única. Projeto de Decreto Legislativo nº 4/2026. Autora: Mesa Diretora (2025-2026). "Reconhece, para os fins do disposto no artigo 65 da Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000, a ocorrência do estado de calamidade pública no município de Dourados." Em discussão... Encerrada a discussão. Em votação.

Projeto de Decreto Legislativo nº 4/2026, de autoria da Mesa Diretora (2025-2026).

Presidente — deputado Gerson Claro (PP).

Primeiro-secretário — deputado Paulo Corrêa (PL).

Segundo-secretário — deputado Pedro Kemp (PT).

DEPUTADO ANTONIO VAZ (Republicanos) — Sim.

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Sim.

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Sim.

DEPUTADO JAMILSON NAME (PP) — Sim.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (Novo) — Sim.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Sim.

DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO LIDIO LOPES (Avante) — Sim.

DEPUTADO LONDRES MACHADO (PP) — Sim.

DEPUTADO LUCAS DE LIMA (PL) — Sim.

DEPUTADA MARA CASEIRO (PL) — Sim.

DEPUTADO MARCIO FERNANDES (PL) — Sim.

DEPUTADO NENO RAZUK (PL) — Sim.

DEPUTADO PAULO CORRÊA (PL) — Sim.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Sim.

DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (Republicanos) — Sim.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (União Brasil) — Sim.

DEPUTADO ROBERTO HASHIOKA (Republicanos) — Sim.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PL) — Sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Encerrada a votação.
Consulta o senhor segundo-secretário sobre o resultado.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — São vinte votos favoráveis e nenhum voto contrário.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Aprovado. Vai ao Expediente. Nós vamos encaminhar imediatamente ao prefeito, porque ele está aguardando a publicação. Item 2. Em discussão única. Projeto de Lei nº 325/2025. Autor: deputado Londres Machado. "Denomina o posto da Sanesul do Distrito de Culturama, no município de Fátima do Sul, conforme especifica." A Comissão de Constituição, Justiça e Redação emitiu parecer favorável, por unanimidade, tendo como relator o deputado Paulo Duarte. Em discussão...

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (União Brasil) — Para discutir.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Pois não.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (União Brasil) — Eu não poderia deixar de falar de alguém por quem nós tínhamos um carinho muito especial. O jovem em questão foi criado junto comigo, o "Leu", o Eliseu, filho do Damião, pessoas ilustres da nossa cidade. Infelizmente, ele perdeu a vida por conta de uma doença terrível: o câncer. Muito jovem, ele nos deixou, mas deixou um legado de humildade. Um cara trabalhador, de uma família queridíssima. O deputado Londres está de parabéns por ter colocado o nome dele naquele prédio da Sanesul. Não tenho dúvida de que haverá de ser eternizada a memória do Leu. Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Encerrada a discussão. Em votação.

Projeto de Lei nº 325/2025, de autoria do deputado Londres Machado.

Presidente — Gerson Claro (PP).

Primeiro-secretário — deputado Paulo Corrêa (PSDB).

Segundo-secretário — deputado Pedro Kemp (PT).

DEPUTADO ANTONIO VAZ (Republicanos) — Sim.

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Sim.

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Sim.

DEPUTADO JAMILSON NAME (PSDB) — Sim.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (Novo) — Sim.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Sim.

DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO LIDIO LOPES (Avante) — Sim.

DEPUTADO LONDRES MACHADO (PP) — Sim.

DEPUTADO LUCAS DE LIMA (PL) — Sim.

DEPUTADA MARA CASEIRO (PL) — Sim.

DEPUTADO MARCIO FERNANDES (PL) — Sim.

DEPUTADO NENO RAZUK (PL) — Sim.

DEPUTADO PAULO CORRÊA (PL) — Sim.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Sim.

DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (Republicanos) — Sim.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (União Brasil) — Sim.

DEPUTADO ROBERTO HASHIOKA (Republicanos) — Sim.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PL) — Sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Encerrada a votação.
Consulta o segundo-secretário sobre o resultado.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — São vinte votos favoráveis e nenhum voto contrário.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Aprovado, conforme já exposto pelo deputado Professor Rinaldo, o projeto de lei que atribui ao Posto da Sanesul do Distrito de Culturama, no município de Fátima do Sul, o nome Elizeu Mendes Feitoza, apelido "Leu". Vai ao Expediente. Item 3. Projeto de Lei nº 205/2025. Autora: deputada Mara Caseiro. "Institui, no âmbito do Estado de Mato Grosso do Sul, a Semana Estadual de Combate à Adultização, à Exploração, à Sexualização e à Exposição Precoce de Crianças e Adolescentes nas Redes Sociais, e dá outras providências." A redação final foi elaborada pela Comissão de Constituição, Justiça e Redação. Em discussão... Encerrada a discussão. Em votação.

Projeto de Lei nº 205/2025, de autoria da deputada Mara Caseiro.

Presidente — Gerson Claro (PP).

Primeiro-secretário — deputado Paulo Corrêa (PSDB).

Segundo-secretário — deputado Pedro Kemp (PT).

DEPUTADO ANTONIO VAZ (Republicanos) — Sim.

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Sim.

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Sim.

DEPUTADO JAMILSON NAME (PSDB) — Sim.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (Novo) — Sim.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Sim.

DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO LIDIO LOPES (Avante) — Sim.

DEPUTADO LONDRES MACHADO (PP) — Sim.

DEPUTADO LUCAS DE LIMA (PL) — Sim.

DEPUTADA MARA CASEIRO (PL) — Sim.

DEPUTADO MARCIO FERNANDES (PL) — Sim.

DEPUTADO NENO RAZUK (PL) — Sim.

DEPUTADO PAULO CORRÊA (PL) — Sim.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Sim.

DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (Republicanos) — Sim.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (União Brasil) — Sim.

DEPUTADO RENATO CÂMARA (Republicanos) — Sim.

DEPUTADO ROBERTO HASHIOKA (Republicanos) — Sim.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PL) — Sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Consulto o segundo-secretário sobre o resultado da votação.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — São vinte e um votos favoráveis e nenhum voto contrário.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Aprovada a redação final. Vai ao Expediente. Item 4. Em discussão única e votação simbólica. Três requerimentos, quinze indicações, uma moção de aplauso, uma moção de louvor e três moções de congratulação.

DEPUTADO LONDRES MACHADO (PP) — Senhor presidente, pela ordem.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, pela ordem, o deputado Londres Machado.

DEPUTADO LONDRES MACHADO (PP) — Eu quero pedir destaque do Requerimento nº 634, de autoria do deputado João Henrique.

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Pela ordem, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Pela ordem, o deputado Coronel David.

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Eu gostaria de solicitar destaque para o Requerimento nº 958, de autoria do deputado Pedro Kemp.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Então, vamos votar um requerimento, quinze indicações, uma moção de aplauso, uma moção de louvor e três moções de congratulação, ficando os demais em destaque. Em discussão... Encerrada a discussão. Em votação. Os deputados que os aprovam, permaneçam como se encontram. Aprovados. Vão ao Expediente. Agora, para votar em destaque, o Requerimento nº 00634/2026, de autoria do deputado João Henrique. "Requer à Mesa Diretora que seja encaminhado expediente desta Casa ao governador Eduardo Corrêa Riedel, solicitando, no prazo de quinze dias úteis, a contar da data de leitura em Plenário, acesso às informações públicas relativas ao Contrato de Financiamento nº 40/00044-3." Em discussão... Para discutir, o deputado João Henrique.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (Novo) — Prezados colegas deputados, temos aqui um requerimento que basicamente traduz a função essencial para a qual fomos eleitos: requerer e requisitar informações. Trata-se do empréstimo de 950 milhões de reais que esta Casa autorizou, com transparência e informações acerca da situação fiscal do Estado, sobre a qual o governador pretende se omitir a todo momento. Nós já vimos convênios não serem pagos; empreiteiros, desde dezembro, sem receber; fornecedores com pagamento em atraso; servidores tiveram seu salário surrupiado e foram surpreendidos no caixa, comprando comida para suas casas. E depois o Governo vem e diz: "Não, é uma nota, foi um erro do Banco do Brasil." Quando esta Casa resolve agir e pedir as informações que demonstram um crime de responsabilidade fiscal e a verdadeira situação do caixa do Estado, votam contra, derrubam, extinguem, eliminam, esquecem. É isso que nós vamos fazer? Eu gostaria de ler para Vossas Excelências qual é a pretensão desse simples requerimento: "Cópia integral do contrato de financiamento, seus anexos, termos aditivos — que nós não conhecemos —, instrumentos acessórios, garantias pactuadas; informação sobre a fase em que se encontra a operação de crédito, especificando se o contrato já foi formalizado; cumprimento de condições, informando a liberação dos recursos — total ou parcial —, discriminando valores já desembolsados e as respectivas datas de liberação; apresentação do cronograma oficial de desembolso previsto contratualmente; detalhamento da destinação dos recursos já liberados, especificando os projetos, programas ou ações de despesas de capital financiadas, com a identificação dos órgãos executores e dos valores correspondentes; esclarecimento das condições financeiras pactuadas; detalhamento das garantias prestadas pelo Estado; informação sobre os agentes que serão responsáveis pelo acompanhamento da operação e fiscalização; encaminhamento dos relatórios de acompanhamento da execução contratual; informação sobre quais sistemas oficiais a operação está registrada, bem como a disponibilização dos meios de acesso público; informação sobre as medidas adotadas para regularização de eventuais pendências e para assegurar a plena execução do contrato, nos termos originalmente pactuados." Vemos aqui os deputados querendo trabalhar, e o Governo querendo impedi-los, dizendo: "Confiem em mim, que eu garanto!". Acho que a população, os servidores públicos, a saúde, a

infraestrutura e a segurança do Estado já não confiam mais, isoladamente, neste Governo. A bola está com vocês.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Ainda em discussão... Encerrada a discussão. Em votação. Quem votar "sim" aprova o requerimento; quem votar "não" derruba o requerimento.

DEPUTADO LONDRES MACHADO (PP) — Senhor presidente, a liderança do Governo encaminha para votar contra esse requerimento, porque tudo isso que o Catan está dizendo deveria ter sido feito quando aprovamos o empréstimo. Faz dez dias que o Riedel assinou — esse Governo, há dez dias, com muita dificuldade —, e o Catan já quer derrubar. Tem interesse eleitoreiro aí. Então, como líder do Governo, eu peço aos colegas, aos deputados, para derrubar... Se esse é o jogo, nós vamos fazer o jogo. Essa é a minha opinião.

DEPUTADO JAMILSON NAME (PP) — Pela ordem, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Pela ordem, deputado Jamilson.

DEPUTADO JAMILSON NAME (PP) — Como líder do bloco 2, oriento votar "não".

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Ainda — não está na declaração ainda —, deputado Coronel David.

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Como líder do bloco 1, oriento votar "não".

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Encerrada a discussão. Em votação...

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (Novo) — Para declarar...

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Para declarar seu voto, o deputado João Henrique.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (Novo) — Quero declarar meu voto favorável e me defender, senhor presidente. O deputado Londres disse que há uma dificuldade — concordo, há uma dificuldade no Governo — e que eu quero derrubar. Não, eu não quero derrubar; quem quer derrubar o meu requerimento é ele. Eu quero apenas as informações corretas sobre a gestão e o caixa do Estado de Mato Grosso do Sul. Quero apenas fazer essa correção.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Ainda em votação.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Senhor presidente, para justificar meu voto.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Para justificar seu voto, o deputado Junior Mochi.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — O próprio requerimento diz: "Acesso a informações públicas." Se são públicas, estão à disposição de qualquer um. E a Lei de Acesso à Informação garante a qualquer cidadão o acesso a esse contrato, que já foi apresentado à Casa, que já foi discutido e aprovado. Voto "não".

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Ainda em votação.

Requerimento nº 00634/2026, de autoria do deputado João Henrique.

Presidente — deputado Gerson Claro (PP).

Primeiro-secretário — deputado Paulo Corrêa (PL).

Segundo-secretário — deputado Pedro Kemp (PT).

DEPUTADO ANTONIO VAZ (Republicanos) — Não.

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Não.

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Não.

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Sim.

DEPUTADO JAMILSON NAME (PP) — Não.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (Novo) — Sim.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Não.

DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — Não.

DEPUTADO LONDRES MACHADO (PP) — Não.

DEPUTADO LUCAS DE LIMA (PL) — Não.

DEPUTADA MARA CASEIRO (PL) — Não.

DEPUTADO MARCIO FERNANDES (PL) — Não.

DEPUTADO PAULO CORRÊA (PL) — Não.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Sim.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (União Brasil) — Não.

DEPUTADO RENATO CÂMARA (Republicanos) — Não.

DEPUTADO ROBERTO HASHIOKA (Republicanos) — Não.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PL) — Não.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Encerrada a votação.
Consulta o senhor segundo-secretário sobre o resultado.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — São quinze votos contrários e três votos favoráveis.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Está rejeitado, então, o requerimento. Vai ao Arquivo. Em votação agora o Requerimento nº 958/2026, de autoria do deputado Pedro Kemp. "Requer que seja encaminhado expediente deste Poder ao governador do estado, senhor Eduardo Riedel, com cópia ao secretário de Estado de Meio Ambiente, Desenvolvimento, Ciência, Tecnologia e Inovação, senhor Artur Henrique Leite Falcette, solicitando informações sobre o convênio firmado entre o Governo do Estado e a Fiems, no valor de 7 milhões de reais, especialmente quanto aos seguintes pontos: qual o objeto detalhado do convênio; qual a justificativa técnica e econômica, bem como a demonstração do interesse público envolvido para a transferência dos recursos etc." Em discussão...

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Eu vou discutir, presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Para discutir, o deputado Pedro Kemp.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Que papelão, hein, senhor presidente, que papelão! Um simples requerimento de informações. A sociedade paga imposto e tem o direito de saber onde seu dinheiro é aplicado. E o papel desta Casa é fiscalizar o Poder Executivo e dizer para a população: "O seu dinheiro está sendo aplicado aqui ou ali." Eu

digo que é um papelão, porque nós tivemos hoje um quórum total de vinte e quatro deputados, com o objetivo de blindar o Governo do Estado, para que ele não forneça as informações a este Parlamento, que tem como prerrogativa fiscalizar o Governo. Então, é uma blindagem que se faz aqui, porque eu já percebi a articulação para derrubar esse requerimento — um requerimento simples! Um governo que está atrasando repasses para os hospitais do interior; um governo que atrasou o pagamento dos consignados, descontado no salário dos servidores; um governo que está atrasando repasses para os sindicatos — eu fui aos sindicatos, e os presidentes me disseram que o Governo está atrasando. Mas agora ele tem 7 milhões de reais para passar para a Fiems, uma entidade privada! Ele não tem dinheiro para pagar em dia aos fornecedores do Estado, mas tem 7 milhões para passar para a Fiems. Com que finalidade? Com que finalidade? É isso que nós estamos pedindo nesse requerimento! Qual é o objetivo desse contrato? Senhores deputados e senhoras deputadas da base do Governo, nós estamos às portas de uma eleição, e precisamos saber para onde o Governo está mandando dinheiro. A derrubada do meu requerimento vai reforçar a suspeita de que esse convênio é muito complicado e pode ter outras finalidades! Eu me acho no direito de levantar algumas suspeitas em cima desse contrato. É dinheiro para a campanha eleitoral? Não, não é? Então, aprove o meu requerimento! Em nosso requerimento, perguntamos sobre o repasse de 7 milhões de reais. No dia em que o secretário Jaime Verruck saiu da secretaria, foi assinado o convênio. Primeira pergunta: qual o objeto detalhado do convênio? O que vai ser feito com esses 7 milhões? Segunda: qual a justificativa técnica e econômica, bem como a demonstração do interesse público envolvido para a transferência desses 7 milhões para a Fiems? Terceira: qual a fundamentação legal e administrativa que embasou essa celebração? Quarta: qual a origem dos recursos utilizados e a forma de liberação dos valores? Quinta: a entidade conveniada poderá contratar terceiros com esses recursos? Essa pergunta é muito importante. O Estado vai tirar 7 milhões dos seus cofres, vai repassar para a Fiems. A Fiems poderá contratar terceiros para a realização do objeto desse contrato? Se sim, quais critérios serão utilizados para a seleção de fornecedores? Então, senhor presidente, eu digo: se derrubarem o meu requerimento, estarão tentando blindar o Governo para ele não prestar informações. E eu tenho todo o direito de suspeitar dos reais objetivos desse convênio. Porque é este um requerimento simples. Se o Governo não tem nada a esconder, que responda! Ele tem alguma coisa a esconder? Se não tem, que responda! "Não, esse dinheiro vai ser utilizado para uma finalidade que atende ao interesse público, porque a Fiems vai fazer isso, isso e isso com esse dinheiro." Então, diga! Se não responder, continuarei suspeitando que esse dinheiro terá outras finalidades. E quem quer blindar o Governo, que vote, mas diga: "Estamos ajudando o Governo a esconder informações da população, que paga seus impostos." O Governo está com dificuldade financeira para honrar os seus compromissos, mas tem dinheiro para financiar uma entidade privada, que vai fazer não sei o quê com o dinheiro. Era o que eu tinha.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Ainda em discussão...

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (Novo) — Para discutir.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Para discutir, o deputado João Henrique.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (Novo) — Senhor presidente, esses dias atrás houve uma campanha, deputado Pedro Kemp, de mobilização para que se pudesse fazer uma doação emergencial de sangue para uma criancinha de 6 anos de idade. Se o sangue dela tivesse alguma alteração — uma infecção, bactéria, ou mesmo por vacina ou remédios —, ela teria que fazer uma transfusão — E o sangue dela é "O negativo", igual ao meu. E eu fui ao Hemosul, que é a principal rede do Estado, para doar. Ao final da doação, o enfermeiro que me atendeu disse: "Deputado, o senhor vai me desculpar, mas nós não temos aqui o curativo para colocar no seu braço". Ele pegou o esparadrapo e a tesoura, cortou em "X" e colou no meu braço. Eu tenho a foto, tenho o registro. Deputado Pedro Kemp, o esparadrapo que a Santa Casa recebe é de 2,70 reais pela tabela do SUS; lá no Hospital Regional é de 15 reais. Passar 7 milhões para a Fiems e não explicar — dizer que isso é para fazer um estudo, que a gente já sabe... Vossa Excelência está sendo polido: será contratada uma empresa, terceira, como está no requerimento de Vossa Excelência. Por isso não vai ser aprovado hoje. Ela vai pegar 7 milhões, vai pôr no bolso e vai passar por uma campanha de alguém que já está inelegível — além de tudo, é ignorante eleitoralmente falando, não vai ter voto e não vai ter registro. É isso que vai acontecer, deputado Pedro Kemp. Parece que esse Governo quer barrar qualquer coisa. Pesquisa eleitoral: o partido do governador entrou contra todas de fora. Ele as proibiu. Mas hoje parece que ia sair uma decisão liberando uma dessas pesquisas. Então, por ser da essência deste Parlamento ter as informações para que possamos fiscalizar, eu vou votar favoravelmente ao requerimento de Vossa Excelência.

DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD) — Pela ordem, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Só um minuto, deputado. Ainda em discussão.

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Para discutir, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Para discutir, a deputada Gleice Jane.

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Acho importante lembrar que o dinheiro público não é nosso, não é do governador. Dinheiro público é do povo. E, quando se fala em uma destinação de 7 milhões para a Fiems, é preciso — o povo precisa — saber para onde irão tais valores. Não é sobre nós, é sobre o povo. A pergunta não é do Pedro Kemp, do Zeca; a pergunta do povo. O governador não conseguiu garantir recursos — estão falando em pesquisas aqui — para os estudos sobre o peixe dourado, que foi tema de um debate que fizemos aqui nesta Casa. O governador disse que ia fazer os estudos. Essa pauta é de interesse dos pescadores. Mas, até hoje, não ocorreu a liberação de recursos para que os estudos sejam feitos. Agora, às vésperas da eleição, é feita, sem a devida

explicação, a liberação de recursos para a Fiems. Olha, dá para a gente imaginar muitas coisas. Eu acho que o governador deveria explicar isso, para que a gente não fique pensando besteira, para que o povo não fique pensando que esse dinheiro não será bem utilizado. Nós votamos aqui o reajuste dos servidores públicos, que não chegou à inflação, porque não tinha dinheiro. Ora, se não tem dinheiro para pagar reajuste de salário, se não tem dinheiro para mexer nos descontos dos servidores relativos à Ageprev; se não tem dinheiro para remunerar melhor os servidores para que eles possam lidar com a questão dos consignados; se não tem dinheiro para resolver a questão da Cassems; se não tem dinheiro para atender às demandas dos sindicatos, enfim, por que tem 7 milhões de reais para distribuir por aí? Acho que nós precisamos de resposta. E a resposta não é para mim, é para o povo. Então, eu quero dizer que esse requerimento é fundamental. O governador tem a oportunidade de explicar para o povo o que pretende fazer com esses 7 milhões de reais. Porque, se ele não explicar, de forma oficial, para esta Casa, a população vai ficar com dúvidas quanto à destinação desse recurso. Voto "sim". E eu quero, também, presidente, fazer uma questão de ordem...

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Deputada, vamos terminar a discussão. Depois tratamos da questão de ordem.

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — OK.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Ainda em discussão.

DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD) — Presidente, quero pedir vista desse requerimento.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Nós já estamos em processo de votação, deputado.

DEPUTADO JAMILSON NAME (PP) — Estava em discussão. Em discussão.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Já está em processo de votação, deputado. O pedido de vista tem que ser feito antes da discussão. Eu não posso conceder vista se o projeto já está em votação. Encerrada a votação. Deputado Kemp, a Mesa Diretora se compromete a — deixem o debate da parte eleitoral do requerimento para casa — chamar o secretário Arthur Falcette, para que ele nos dê uma explicação técnica. Este é um compromisso desta presidência. E não tem nada a ver com o seu requerimento. A parte política vai decidir. Eu já cobrei isso. Ele se ofereceu para vir aqui. Nós vamos abrir a votação, e os líderes podem se manifestar. Em votação...

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Senhor presidente...

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — "Sim" é favorável; "não" é contrário. Para encaminhar, o deputado Londres Machado.

DEPUTADO LONDRES MACHADO (PP) — Eu vou encaminhar contra o requerimento do deputado Pedro Kemp. O caso é que, quando nós votamos o orçamento, nós autorizamos o Governo a fazer convênios. Compete ao Governo fazer convênio com a entidade que ele quiser, e compete a esta Casa legislar — e já legislamos — e fiscalizar. Concorde com Vossa Excelência, mas o momento não é agora. O Governo exerceu seu direito de fazer convênio. Entendeu? E esse convênio ainda vai passar por vários órgãos do Estado, vai passar pelo Tribunal de Contas, vai passar por auditorias... Então, lá na frente, nós teremos a oportunidade de fiscalizar. O deputado Pedro Kemp quer ser Executivo, ele quer fazer, ele quer executar — não é essa a nossa função. A nossa função é fiscalizar — e está certo — e autorizar; e nós autorizamos o orçamento. Quem assina o convênio é o Governo. E o deputado já quer criminalizar, já quer criminalizar! Ele está misturando com funcionários, com obras... Esse requerimento é extemporâneo. E dizer que o Governo está fazendo alguma coisa errada dá voto. O secretário virá explicar. Mas o momento agora é extemporâneo.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Deputado Zé Teixeira.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PL) — Senhor presidente...

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PL) — Senhor presidente, este assunto que estamos discutindo aqui está previsto no orçamento do Estado, certo? E não tem como o secretário nos explicar hoje, no meu ponto de vista, o que será feito com o dinheiro, porque o convênio é um "guarda-chuva". Ele vai ter as despesas, certo? É igual ao cartão corporativo do presidente da República: ele viaja, gasta 2 milhões, 3 milhões com hotel etc. E isso é pago com o cartão corporativo — e está tudo certo. Um convênio guarda-chuva serve para cobrir possíveis despesas do Governo, que poderá viajar para fora do país, que poderá explicar o que está acontecendo em Mato Grosso do Sul — e isso tudo vai para o Portal da Transparência. E, na hora em que ele usar esse dinheiro, terá que colocar no Portal da Transparência, e todos nós teremos acesso. Se eu fosse o Governo, eu responderia ao requerimento do deputado Pedro Kemp. Sabe por quê? Porque tanto faz responder ao requerimento ou vir aqui explicar. O colega pediu vista em um momento que não poderia fazê-lo. Agora, se o secretário tivesse vindo explicar antes, e sua explicação tivesse sido convincente, esse requerimento teria sido desnecessário. Mas, como eu sou da base do Governo, me disseram que esse dinheiro não será gasto amanhã. Então, não tem como o Governo explicar agora onde vai gastar o dinheiro; ele tem de explicar posteriormente, quando houver despesa. Voto "não".

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Para declarar meu voto.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Para declarar seu voto, o deputado Pedro Kemp.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Eu vou votar "sim" e vou rebater as colocações do líder do Governo, o deputado Londres Machado. Ele disse que eu quero ser o Executivo. Mas eu não estou querendo executar nada! Eu quero ser o Legislativo. E é prerrogativa do Poder Legislativo fiscalizar o Governo! Como disse o deputado Zé Teixeira: "Se não tem nada para esconder, que se explique." Vai fazer uma reunião numa sala, de porta fechada, para o secretário vir aqui explicar? Não! Tem que explicar publicamente, na frente da imprensa, para todos, porque o povo tem o direito de saber. E dizer que esse requerimento é eleitoreiro, que dá voto... Olha, não é essa a minha intenção. A minha intenção é fiscalizar o Governo. Se o Governo não tem nada a esconder, que oriente sua base a votar a favor! Outra coisa: o deputado Londres disse aqui que o Governo aprovou o orçamento e pode fazer o que quiser com o dinheiro. Não é assim, não, deputado; ele não pode fazer o que quiser. Se ele fizer alguma coisa suspeita, alguma coisa que, ao nosso ver, não corresponde ao interesse público, nós temos que pedir explicações...

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Para concluir, deputado.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Isso é o mínimo. E outra coisa: nós estamos fazendo o nosso papel, que é fiscalizar o Governo. Eu quero apresentar aqui as explicações do Governo ao público. E, se as explicações não forem convincentes, eu vou ao Ministério Público e vou requerer fiscalização em cima desse convênio, desse contrato. Eu lamento que, mais uma vez, a base do Governo nos impeça de cumprir com o nosso dever. E eu me coloco no direito de suspeitar deste convênio, que foi feito com a Fiems.

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Presidente, declaração de voto.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Primeiro o deputado Junior Mochi, depois a deputada Gleice Jane.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Senhor presidente, eu quero dizer ao senhor e aos deputados que não me sinto à vontade para votar contra um pedido de informação sobre um convênio, porque isso é prerrogativa do deputado; é obrigação nossa fiscalizar. Entretanto, eu separo bem o que é eleitoreiro e o que é um pedido de informações. Porque, em outros momentos, talvez não tivéssemos um debate dessa natureza. Mas eu confio na liderança. Nós estamos aqui na base do Governo. O Governo tem as explicações. Pode apresentar. Não custa nada. E é importante que esta Casa tenha feito o compromisso de chamar o secretário para apresentar as devidas explicações. Eu não quero contrariar o Governo, mas espero, sinceramente, que Vossa Excelência faça gestão junto ao Governo, para que ele traga as informações. Porque, senão, nós estaremos, na verdade, limitando a atuação legislativa. Eu vou acompanhar o líder, porque sou disciplinado. Entretanto, digo que isso é muito ruim, realmente, para nós.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Importante a fala de Vossa Excelência. Com a palavra, para declaração de voto, a deputada Gleice Jane.

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Deputado, eu achei, no mínimo, estranho a base do Governo votar "não" alegando que estamos num período eleitoral. Deputado Londres Machado, nós autorizamos o Governo a fazer convênios; mas não o autorizamos a fazer convênios sem explicar nada para a população, nem o autorizamos a destinar 7 milhões para a Fiems, uma entidade privada, sem explicar nada para a população. Ora, o Governo deve dizer o que vai fazer com esse recurso. E essa negação, às vésperas da eleição, chama a atenção e nos deixa em dúvida. Se não aprovarmos o requerimento, mesmo que em período eleitoral, estaremos autorizando o governador a fazer o que quiser com o recurso público em período de eleição. Ou seja, esta Casa estará autorizando o governador a sair distribuindo dinheiro para empresas privadas, sem explicar nada. Acho extremamente grave o que estamos vendo. Então, eu quero reforçar que voto "sim". E nós temos que fiscalizar o governador, principalmente em momento de eleição, num momento em que a base dele está dizendo que não se deve fiscalizar. Obrigada.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Ainda em votação.

Requerimento nº 958/2026, de autoria do deputado Pedro Kemp.

Presidente — Gerson Claro (PP).

Primeiro-secretário — deputado Paulo Corrêa (PSDB).

Segundo-secretário — deputado Pedro Kemp (PT).

DEPUTADO ANTONIO VAZ (Republicanos) — Não.

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Não.

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Não.

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Sim.

DEPUTADO JAMILSON NAME (PSDB) — Não.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (Novo) — Sim.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Não.

DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — Não.

DEPUTADO LONDRES MACHADO (PP) — Não.

DEPUTADO LUCAS DE LIMA (PL) — Não.

DEPUTADA MARA CASEIRO (PL) — Não.

DEPUTADO MARCIO FERNANDES (PL) — Não.

DEPUTADO PAULO CORRÊA (PL) — Não.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Sim.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (União) — Não.

DEPUTADO RENATO CÂMARA (Republicanos) — Não.

DEPUTADO ROBERTO HASHIOKA (Republicanos) — Não.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PL) — Não.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Encerrada a votação. Consulto o segundo-secretário sobre o resultado.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — São quinze votos contrários e três votos favoráveis.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Rejeitado o requerimento. Vai ao Arquivo.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Pela ordem, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Registramos e agradecemos a presença do senhor Dennis Diogo dos Santos Garcia, vereador de Fátima do Sul; do senhor Emerson Cleber, vereador de Fátima do Sul; e do senhor Ailton Martins, vereador do município de Costa Rica. Com a palavra, pela ordem, o deputado Pedro Kemp.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Eu gostaria de saber se já existe alguma data prevista para a vinda do secretário a esta Casa.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Eu vou tratar disso hoje. E já vou adiantar uma coisa: não é a primeira vez que um convênio dessa natureza é feito. Ano passado, nós fomos à Ásia, estivemos na Índia. Ficamos lá uma semana, participamos de uma rodada de reuniões com empresas que, inclusive, já têm apresentado resultados aqui no Brasil, como é o caso da própria Abrasel, que está sendo instalada em

Bataguassu. Nós assinamos um protocolo de intenção em Singapura. Passamos pela Índia e pelo Japão, enfim. Quero salientar que as explicações serão dadas no momento oportuno. É mais ou menos nesse nível que será o convênio. Mas o secretário estará aqui; não tenha dúvida.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Eu quero saber isso porque, se a reunião com o secretário não for marcada, eu vou fazer um requerimento convocando-o — se esta Casa aprovar. Outra coisa, eu gostaria de ser convidado para a próxima viagem a Singapura [risos].

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Inclusive, eu gostei da fala da deputada: o dinheiro é do povo. Vale lembrar que, em Nova York, o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento — cuja sigla é Bird — liberou 200 milhões de dólares, recurso que foi assinado pelo presidente Lula na semana passada, com apoio do Senado. O Tesouro Nacional, em um dia, fez a tramitação do projeto referente a 800 quilômetros de estradas em Mato Grosso do Sul. Então, é importante ter esse debate. Quero deixar registrado que estamos tratando de recursos do povo, por isso tem de haver toda a transparência necessária. Mas vamos trazer o secretário. Se houver dúvida, estaremos juntos para cobrar, deputado Pedro Kemp. Com a palavra, o deputado Junior Mochi.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Senhor presidente, esta Casa aprovou uma moção de aplauso, de minha proposição, ao doutor Luciano Pedro Belabelli, juiz de Direito, titular da Comarca de Anastácio, pelo pioneirismo, pela sensibilidade e pelo compromisso social demonstrados na idealização e implantação do projeto "Patás que Acolhem", bem como pela contribuição à humanização da prestação jurisdicional no âmbito da Justiça sul-mato-grossense. Portanto, gostaria de pedir aos senhores deputados que permaneçam aqui para fazermos a entrega...

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Eu também quero participar da entrega da moção, até porque conheço o trabalho do doutor Belabelli. O município de Anastácio é muito bem representado aqui. Pela ordem, a deputada Gleice Jane.

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Presidente, primeiro eu quero dizer que a vinda do secretário seria importante, que ele viesse apresentar e fazer o convite na tribuna, que não seja apenas uma resposta aos deputados, mas à população. Segundo, eu apresentei um requerimento de informações ao Governo do Estado sobre os descontos nos salários dos servidores referentes à Cassems...

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Deputada, a senhora está fazendo um requerimento ou é pela ordem?

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — É pela ordem. Eu apresentei o requerimento — estou explicando — no dia 31 de março, e ele não foi colocado na Ordem do Dia. Então, estou solicitando...



PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — A senhora tem o número, por gentileza?

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Vou passar uma cópia ao senhor. Era isso. Muito obrigada.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Por gentileza, porque nós vamos verificar imediatamente. Vou suspender a Sessão para fazermos a entrega da homenagem ao doutor Pedro Belabelli. Está suspensa a Sessão. (11h43min). Está reaberta a Sessão. (11h45min). Passemos às **EXPLICAÇÕES PESSOAIS**. Não há oradores inscritos. Nada mais havendo a tratar, esta presidência declara encerrada a presente Sessão (11h45min).